

COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA FORMAÇÃO DE JORNALISTAS NA REGIÃO NORTE

Jaíne Araújo¹; jaíne.ppgjor@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa objetiva mapear a educação para as relações étnico-raciais (ERER) em currículos de cursos superiores de Jornalismo de universidades federais localizadas nas capitais do Norte do Brasil. Para isso, analisamos a versão mais recente dos projetos pedagógicos de curso (PPCs) e os respectivos ementários desses cursos de graduação. O estudo dos documentos se sustenta nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo (Brasil, 2013), nas leis 10.639/2003 e 11.645/2008, e no Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE, 2004). A pesquisa bibliográfica está baseada em autores que discutem a educação para as relações étnico-raciais na formação de jornalistas (Neckel e Campos, 2016; Felix, 2022).

PALAVRAS-CHAVE: currículo; educação para as relações étnico-raciais; graduação em jornalismo; projeto político pedagógico; região Norte.

1. INTRODUÇÃO

Em 2009, durante as discussões que culminaram na definição das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Jornalismo, jornalistas negras/os, vinculadas/os a comissões de igualdade racial de sindicatos da categoria, apresentaram uma série de propostas visando promover, na formação de jornalistas, a democratização da sociedade brasileira e a abordagem do racismo como um problema social a ser reconhecido e enfrentado. As/os autoras/es das propostas ressaltaram que a grade curricular dos cursos de Jornalismo precisava considerar essa realidade e abordá-la, pois as/os jornalistas e o espaço midiático são, respectivamente, atores e arena pública relevantes para essa luta (Propostas [...], 2009). Porém, as Diretrizes aprovadas não trataram diretamente da questão, falando apenas em considerar as

¹ Doutoranda em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Jornalista e Mestra em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre (Ufac).

raízes étnicas e a pluralidade da sociedade brasileira, sem tratar especificamente das questões de raça e racismo.

Dezesseis anos depois, a presente pesquisa busca mapear a educação para as relações étnico-raciais (ERER) em currículos de cursos superiores de Jornalismo de universidades federais localizadas nas capitais do Norte do Brasil. Para isso, analisamos a versão mais recente dos projetos pedagógicos de curso (PPCs) e os respectivos ementários das graduações em jornalismo dos *campi* de universidades federais localizados nas capitais dos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

O estudo dialoga também com a lei 10.639 de 2003 (Brasil, 2003), que prevê o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio de todo o país, tendo sido alterada pela lei 11.645 de 2008 (Brasil, 2008), que acrescenta a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígenas.

Partimos da necessidade de pensar a questão da diversidade étnico-racial no jornalismo brasileiro compreendendo o enfrentamento ao racismo como uma tarefa complexa que não pode ser executada somente com o necessário e urgente aumento da presença de jornalistas negras/os nas redações. Esse debate tem um contorno epistemológico que faz necessário refletir sobre a formação das/os jornalistas, uma vez que tornar o conhecimento produzido pelo jornalismo mais diverso não deve ser responsabilidade somente de jornalistas negras/os ou pertencentes a minorias.

Em termos metodológicos, fazemos uma pesquisa bibliográfica sobre a educação para as relações étnico-raciais na formação de jornalistas (Neckel e Campos, 2016; Felix, 2022); e discutimos as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo (Brasil, 2013), as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, e o Parecer n.º 3/2004 do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2004). Na análise de conteúdo (Bardin, 2016 [1977]), tomamos como *corpus* os projetos pedagógicos e os ementários dos cursos de graduação estudados; além das respostas de docentes de

parte dos referidos cursos² a um questionário sobre o ensino das relações étnico-raciais no âmbito desses cursos.

2. A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO DE JORNALISMO

Aprovado em março de 2004, o Parecer n.º 3/2004 do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2004) regulamenta a legislação referente à educação das relações étnico-raciais estendendo-a às universidades. O documento classifica o ensino das temáticas pertencentes ao tópico como política de reparação histórica. Por seu turno, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Jornalismo (Brasil, 2013) apontam que os currículos desses cursos de graduação devem incluir no eixo de formação humanística conteúdos que capacitem a/o jornalista para o exercício de sua função intelectual, além de orientarem para o conhecimento das raízes étnicas, da cultura popular e da arte brasileira.

Porém, na compreensão de Carla Felix, tanto o Parecer (Brasil, 2004) quanto as Diretrizes (Brasil, 2013) permitem que os tópicos das relações étnico-raciais sejam conduzidos nos cursos de Jornalismo de maneira “fluida”: “Na prática, significa que podem incluir questões relacionadas ao tema nas ementas de diferentes disciplinas ou reconhecer como optativas para o curso disciplinas oferecidas por outros Departamentos de Ensino” (Felix, 2022, p. 02).

Na visão da autora, decorre disso a possível não correspondência entre o conteúdo de uma disciplina ministrada em outro departamento e o que se espera da educação para as relações étnico-raciais voltada especificamente para a formação de jornalistas. Há também a contradição existente em tornar obrigatório via legislação federal o ensino de tal temática, mas permitir que ele seja implementado em disciplinas optativas (Felix, 2022), o que, em termos práticos, significa que o acesso a tais discussões perde o caráter obrigatório. É o que Ângelo Neckel e Deivison Campos

² Como detalhado na seção “O objeto: percepções de docentes sobre a educação das relações étnico-raciais nos cursos de Jornalismo em federais do Norte”, o questionário obteve respostas de docentes das universidades federais dos seguintes estados: Roraima, Acre, Rondônia e Tocantins.

(2016) observaram ao estudar como as 22 graduações de Jornalismo do Rio Grande do Sul abordavam as relações étnico-raciais em seus currículos:

[...] a maioria dos egressos não cursa disciplinas específicas de História e Cultura afro-brasileira e indígena pelo fato de todas elas serem ofertadas como eletivas. O resultado dessa ausência ocasiona a exclusão de representações específicas sobre as visões de mundo dos dois grupos no currículo e na vida discente, comprometendo as reflexões dos futuros profissionais. (Neckel e Campos, 2016, p. 138)

A oferta e o acesso a disciplinas que tratem especificamente de questões étnico-raciais dependem da trajetória acadêmica trilhada pelas/os estudantes e da sensibilidade de professoras/es para o tema, quando se trata de currículos que preveem disciplinas eletivas voltadas à educação das relações étnico-raciais. Felix (2022) questiona em que medida essa abordagem centrada no/a professor/a, em sua responsabilidade quase exclusivamente individual de dar ao tema o espaço necessário, é suficiente para a formação adequada de jornalistas que, partindo de uma compreensão ampla das relações étnico-raciais, sejam capazes de promover práticas antirracistas em seus trabalhos.

Por sua vez, o Parecer n.º 3/2004 do CNE assinala a necessidade de haver professores capazes de “lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais” (2004, p. 02). O documento é categórico:

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas. (Brasil, 2004, p. 06)

Assim, é fundamental que as/os professoras/es dos cursos superiores, entre os quais focamos os de Jornalismo, tenham formação contínua, engajada e adequada para

tratar das temáticas referentes à história e cultura afro-brasileira e indígena e de fato promover inclusão e problematização quanto ao tópico em sala de aula.

O racismo, enquanto sistema de dominação (Collins, 2019), se manifesta de diferentes formas nas dinâmicas de sala de aula. Ora pela produção e disseminação de representações que reiteram estereótipos, ora pelo silenciamento de acontecimentos históricos, socioeconômicos, culturais relacionados às minorias raciais (Santomé, 1995). Há, portanto, uma dimensão inconsciente de reprodução desse sistema de dominação, não menos nociva à formação das/os alunas/os. Nessa dinâmica, o currículo se insere como um produtor de sujeitos particulares (Silva, 1995), o que nos leva a refletir sobre que tipos de sujeitas/os os currículos dos cursos de Jornalismo das instituições estudadas têm produzido quando se trata das relações étnico-raciais.

Para lidar com as diferentes manifestações do racismo, a transversalidade da educação das relações étnico-raciais em várias disciplinas e projetos de pesquisa e extensão pode servir como antídoto. A abordagem da temática não deve ser reduzida a algumas lições ou unidades didáticas isoladas, nem ser feita a partir de uma perspectiva de distanciamento que apresenta tal problemática como impermeável à ação humana (Santomé, 1995).

No entanto, há inúmeros desafios quando se trata de enfrentar um sistema de dominação secular e tão maleável quanto o racismo, inclusive no campo individual. Nesse sentido, Neckel e Campos (2016) e Felix (2022) pontuam que a criação de disciplinas obrigatórias que priorizem o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nos cursos de graduação em Jornalismo brasileiros deve ser estratégia prioritária. Pensando na dimensão curricular, nos propusemos a analisar os projetos pedagógicos dos cursos de Jornalismo de sete universidades federais da região Norte.

3. O OBJETO: PROJETOS PEDAGÓGICOS, EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS

Para estudar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Jornalismo das universidades federais da região Norte do Brasil, levantamos no site do Ministério

da Educação a lista de universidades federais da região e investigamos dentre elas, via sites institucionais, quais tinham cursos de graduação nessa área.

As instituições identificadas e seus respectivos anos de publicação do projeto pedagógico mais recente são os seguintes: Universidade Federal do Acre (Ufac/2013), Universidade Federal do Amazonas (Ufam/2022), Universidade Federal do Amapá (Unifap/2015), Universidade Federal de Rondônia (Unir/2023), Universidade Federal de Roraima (UFRR/2015³), Universidade Federal do Pará (UFPA/2020) e Universidade Federal do Tocantins (UFT/2022).

Após a identificação das universidades federais da região Norte que ofertam graduação em Jornalismo, a fim de delimitarmos o escopo da pesquisa, optamos por restringir o estudo aos cursos de Jornalismo ofertados nos *campi* das universidades federais localizados nas capitais Rio Branco (AC), Manaus (AM), Macapá (AP), Porto Velho (RO), Boa Vista (RR), Belém (PA) e Palmas (TO).

Para a análise, levantamos os respectivos projetos pedagógicos de curso e ementários. Com vistas ao objetivo geral da pesquisa ora delineada, fizemos uma leitura flutuante do material, a partir de buscas com as palavras-chave “raça”, “racismo”, “étnico-raciais”, “negro”, “afro-brasileiro/a”, “negritude” e “branquitude”.

Desenvolvemos uma análise do conteúdo (Bardin, 2016 [1977]), a partir da elaboração de uma tabela na qual registramos a presença ou a ausência de cada um desses descritores nos PPCs e nas ementas de disciplinas. Com base nessa sistematização, alguns pontos se destacam. O primeiro deles é que os termos “étnico-raciais” e “afro-brasileira” são mencionados em quase todos os PPCs, pois, à exceção do PPC da **UFPA**, todos fazem menção à Resolução n.º 1, de 17 de junho de 2004 do Conselho Nacional de Educação, que, a partir do já citado Parecer n.º 3/2004 do CNE, institui diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais e para o

³ A Universidade Federal de Roraima aprovou um novo Projeto Pedagógico para o curso de Jornalismo em janeiro de 2025, momento em que este texto estava sendo finalizado. O novo PPC diz que “optou-se por manter a maior parte da matriz curricular do PPC aprovado em 2015, devido a última versão do Projeto Pedagógico ainda estar em fase de formação das primeiras turmas. Logo, um PPC totalmente reformulado poderia interromper a proposta pedagógica, formativa e curricular implementada em 2015, que em 2024 ainda se encontra atualizada pelas diretrizes nacionais que foram publicadas em 2013 (que permanecem vigentes)” (Universidade Federal de Roraima, 2025). Em razão disso, optamos por manter neste capítulo a análise dos documentos de 2015.

ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, inclusive nas instituições de ensino superior.

Isso revela o conhecimento dos corpos docentes dos cursos quanto à existência da lei, aproximando-a, nos PPCs, de outros tópicos também amparados legalmente, a exemplo da educação em direitos humanos e da educação ambiental, citadas nos PPCs da **Ufam**, da **Unifap** e da **UFT**. Já nos ementários, termos como “cultura étnico-racial” e “questão étnico-racial” são mencionados nas disciplinas obrigatórias “Comunicação e Cultura” e “Ética” (**Ufac**), e “Mídia e Direitos Humanos” (**Ufam**).

O segundo ponto destacado é que o termo “raça” está presente somente no PPC da **Unir**, quando o documento trata das temáticas curriculares obrigatórias e cita a lei 11.340/2006, sobre combate à violência doméstica contra as mulheres. O projeto pedagógico em questão apresenta trechos da referida lei, em que há o incentivo à promoção de estudos e pesquisas com perspectiva de raça e gênero e à presença de conteúdos nos currículos escolares de todos os níveis de ensino que tratem dos direitos humanos, da equidade de gênero e raça ou etnia, bem como versem sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Nos ementários, o termo “raça” é mencionado nas disciplinas optativas 1) na **Unifap**, na disciplina “Fundamentos de análise do discurso” (ementa: “Discurso e sociedade: comunidade discursiva e identidade, raça, gênero/sexualidade e ideologia”); 2) na **Unir**, na matéria “Estudos Avançados em Televisualidades” (ementa: “Televisualidades e interseccionalidades de gênero, raça e classe”; 3) na **UFPA**, na disciplina “Comunicação e Colonialidades” (ementa: “Raça, etnia, gênero e classe”). Já nas bibliografias das disciplinas, a palavra “raça” é citada somente em uma disciplina obrigatória da **UFRR** – “Introdução à antropologia” – que lista o capítulo “Raça e História” do livro *Antropologia Estrutural*, de Claude Lévi-Strauss. Também há disciplinas optativas que apresentam o termo em suas respectivas bibliografias complementares: “Representações Sociais e Mídia” (**UFT**) – livro *Olhares negros: raça e representação*, de bell hooks; e “Mulher, Mídia e Sociedade” (**Unir**) – livro *Mulheres, raça e classe*, de Angela Davis.

O terceiro aspecto que se destaca na leitura é que o descritor “racismo” não se faz presente em nenhum PPC. É possível identificá-lo somente no ementário da **Unir**:

1) na bibliografia complementar da disciplina obrigatória “Comunicação e diferenças”, quando menciona a dissertação de mestrado *Racismo anunciado: o negro e a publicidade no Brasil (1985-2005)*, de Carlos Martins; 2) na ementa da disciplina optativa “Estratégias Comunicacionais do Rap”, quando apresenta o tópico “Rap em combate à xenofobia e ao racismo” e em dois objetivos específicos da mesma disciplina, que são: “Refletir sobre o papel do movimento hip-hop como meio contra hegemônico e de combate ao racismo” e “Utilizar a música rap como ferramenta de análise sobre temas como globalização, censura, violência, identidade de gênero, racismo, regionalidades, feminismo e preservação linguística”; e 3) na bibliografia complementar da disciplina optativa “Crítica de Mídia”, ao listar o livro *Vozes negras em comunicação: mídia, racismos e resistências*, organizado por Laura Corrêa. Os termos “branquitude” e “negritude” não foram identificados em nenhum documento.

O quarto aspecto que se sobressai é que o termo “negro” aparece somente em dois PPCs. O da **Unir** apresenta o descritor ao tratar das temáticas curriculares obrigatórias. Na passagem, o documento cita o *Código de ética dos jornalistas brasileiros*, que determina como dever do jornalista “defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias”; e “combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza”.

O termo “negro” está presente na ementa das seguintes disciplinas obrigatórias: 1) “Comunicação e política” (**Unifap**) – “Estudar representações discursivas e simbólicas assim como identidade e emancipação nas dimensões da cultura e da cidadania e os reflexos sobre a marginalização e discriminação de grupos sociais como mulheres, negros e gays, o genocídio indígena e as violências urbanas”; e 2) “Estudos de Temas Amazônicos II” (**UFPA**) – “Amazônia, colonialidades, estereótipos e diáspora. Povos formadores e diversidade cultural: índios, negros e imigrantes. Visualidade, mitos, imaginários e narrativas. Manifestações tradicionais e culturais. Midiatização e Amazônia.” O descritor “negro” também é mencionado na ementa da disciplina optativa “Comunicação e Saberes Alternativos na Amazônia” (**UFPA**) – “[...]”

Os saberes e a comunicação dos indígenas, quilombolas, das mulheres, das mulheres negras, dos negros, da comunidade LGBTI+ e outros grupos sociais excluídos. [...]”.

A palavra negro também se faz presente nas bibliografias complementares das disciplinas obrigatórias “Comunicação e diferenças” (**Unir**), que lista a dissertação de mestrado *Racismo anunciado: o negro e a publicidade no Brasil (1985-2005)*, de Carlos Martins; “Introdução à antropologia” (**UFRR**), que menciona o livro *Negros da terra*, de John Monteiro; e “Estudos de Temas Amazônicos II” (**UFPA**), que inclui a obra *A questão étnica: índios, negros, brancos e caboclos*, de Angélica Maués.

Por fim, nas bibliografias complementares de disciplinas optativas, o termo “negro” é mais recorrente, aparecendo nas seguintes matérias: 1) “Representações Sociais e Mídia” (**UFT**) – livro *Olhares negros: raça e representação*, de bell hooks; 2) “Pensamento Descolonial Aplicado à Comunicação” (**Unir**) – livro *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*, de Paul Gilroy; 3) “Mulher, Mídia e Sociedade” (**Unir**) – livro *Quem tem medo do feminismo negro?*, de Djamila Ribeiro; e “Comunicação e Colonialidades” (**UFPA**) – artigo *Decolonialidade e perspectiva negra*, de Joaze Bernardino-Costa e Ramon Grosfoguel.

4. O OBJETO: PERCEPÇÕES DE DOCENTES SOBRE A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS CURSOS DE JORNALISMO EM FEDERAIS DO NORTE

O terceiro momento metodológico da presente pesquisa centrou-se na aplicação de um questionário⁴ a docentes dos cursos de Jornalismo dos *campi* das universidades federais localizados nas capitais da região Norte do Brasil. Obtivemos respostas de 13 professoras/es de universidades de Rio Branco (AC), Boa Vista (RR), Porto Velho (RO) e Palmas (TO), conforme o Quadro 1:

⁴ Aplicado via *Google Forms*, o questionário ficou aberto a respostas entre os dias 12 de dezembro de 2024 e 21 de janeiro de 2025, tendo sido divulgado em listas de pesquisas da Compós e da Intercom, e enviado às coordenações dos cursos de Jornalismo de todas as instituições federais listadas neste artigo. O período de aplicação do questionário, que compreendeu o recesso de fim e início de ano, provavelmente limitou o número de respostas alcançadas.

Quadro 1: Respondentes do questionário

Instituição	Quantidade de respondentes
Universidade Federal de Roraima (UFRR)	9
Universidade Federal do Acre (Ufac)	2
Universidade Federal de Rondônia (Unir)	1
Universidade Federal de Tocantins (UFT)	1

Fonte: a autora (2025).

O questionário foi composto pelas seguintes perguntas:

1. Informe o nome da instituição com a qual tem vínculo.
2. O curso de graduação em que você atua é de Comunicação Social/Jornalismo ou Jornalismo?
 - ☐ Jornalismo
 - ☐ Comunicação Social/Jornalismo
3. Quais disciplinas você ministrou nos últimos dois anos no curso indicado na pergunta anterior?
4. Nas disciplinas ministradas por você nos últimos dois anos em curso de “Comunicação Social – Jornalismo” ou “Jornalismo”, você discutiu temas relativos às relações étnico-raciais (por exemplo: racismo, raça, identidades raciais, autodeclaração racial, ações afirmativas de equidade racial, branquitude etc)?
 - ☐ Sim
 - ☐ Não
5. Em caso de resposta positiva à pergunta 4, de que maneira você discutiu as relações étnico-raciais? Por gentileza, especifique a(s) disciplina(s), a(s) temática(s) e o(s) modo(s) como a(s) temática(s) foi/foram abordada(s) em cada uma delas.
6. O curso de Comunicação Social/Jornalismo ou Jornalismo em que você atua discute as relações étnico-raciais em atividades de pesquisa ou extensão?
 - ☐ Sim, somente em atividade(s) de pesquisa
 - ☐ Sim, somente em atividade(s) de extensão
 - ☐ Sim, discute em atividade(s) de pesquisa e em atividade(s) de extensão

- ☐ Não discute nem em atividade(s) de pesquisa nem em atividade(s) de extensão
- 7. Em caso de resposta positiva à pergunta 6, em quais projetos e de que maneira isso é feito?
- 8. Considerando sua experiência na educação, quais os principais desafios para a implementação da lei 10.639/2003 no ensino de Jornalismo?
- 9. Você tem interesse em receber os resultados desta pesquisa quando publicados?
 - ☐ Sim – indique seu e-mail:
 - ☐ Não

A seguir, faremos uma apresentação das respostas a partir das categorias “modos de abordagem da EREER”, “as relações étnico-raciais na pesquisa e na extensão” e “desafios para a implementação da EREER em cursos de Jornalismo ofertados em universidades federais nas capitais do Norte do Brasil”.

A maioria das/os respondentes (92,3%) afirmou que sim quando perguntada se discutiu temas relativos às relações étnico-raciais nas disciplinas que ministrou nos últimos dois anos. De modo geral, observa-se que a abordagem se deu tanto em disciplinas teóricas quanto em disciplinas práticas. Os modos de abordagem podem ser classificados em alguns eixos, entre os quais o principal parece ser a análise de materiais jornalísticos e/ou midiáticos. Para explicar a utilização dessa estratégia de ensino-aprendizagem, as/os docentes que responderam às perguntas do questionário recorrem à centralidade de conceitos como representação e estereotipagem, além de chamarem atenção para a necessidade de refletir sobre acontecimentos recentes que dialogam com a problemática das relações raciais, como nos exemplos que seguem:

[...] em todas as disciplinas discuto casos específicos que tenham repercutido na mídia na semana anterior, buscando especialmente aqueles que discutam diferentes questões relacionadas a minorias (racismo, misoginia, capacitismo etc.). (Respondente 1).

Realização de análises críticas de matérias jornalísticas que tratam de temas raciais, com foco em como a mídia cobre questões relacionadas ao racismo e às identidades raciais. (Respondente 7).

Representação da diversidade étnico-racial na mídia: analisamos como diferentes grupos étnicos e raciais são representados em diversos tipos de mídia (televisão, cinema, publicidade entre outras), discutindo a construção

de estereótipos, a invisibilização de determinadas identidades e a importância de representações mais justas e equitativas. (Respondente 12).

A reflexão sobre estratégias representacionais é uma chave importante para a inserção do ensino das relações étnico-raciais nos cursos de Jornalismo, pois, como explica Stuart Hall (2016), representar é produzir sentido pela linguagem e é também uma questão de poder e de conflito, uma vez que os sentidos não são fixos, mas estão constantemente em disputa. Assim, é fundamental que jornalistas em formação tenham consciência das origens e modos de funcionamento de representações preconceituosas e, conseqüentemente, entendam as implicações que a reprodução dessas representações pelo jornalismo tem para a conformação de imaginários, bem como para a construção da realidade social.

Nas respostas ao questionário, o estudo das representações de pessoas negras também é aproximado do de outras minorias, a exemplo de mulheres, pessoas com deficiência e populações amazônicas (Respondente 1). Por outro lado, somente um/a respondente faz menção ao imbricamento das questões raciais com outras dimensões identitárias, citando especificamente gênero, classe social e orientação sexual: “Exploramos como a interseccionalidade influencia as experiências e as representações de diferentes grupos sociais” (Respondente 12).

O segundo eixo de abordagem observável nas respostas das/os docentes é a ênfase na prática laboratorial do alunado, o que pode ser percebido nos relatos a seguir:

Nas disciplinas de Redação e Jornal Laboratório há pautas e reportagens sugeridas e desenvolvidas pelos alunos sobre relações étnico-raciais. (Respondente 3).

[Sobre a disciplina Redação Jornalística I:] Produção de textos jornalísticos que abordassem pautas de equidade racial, incentivando a prática ética e responsável; [sobre a disciplina Projeto Experimental em Jornalismo:] Desenvolvimento de projetos jornalísticos com foco em pautas étnico-raciais, como reportagens especiais sobre comunidades negras e a influência da cultura afro-brasileira na região; Orientação para a inclusão de perspectivas raciais em todas as etapas da produção jornalística, desde a apuração até a edição; Reflexões críticas sobre como o jornalismo experimental pode contribuir para a desconstrução de estereótipos e para o fortalecimento de narrativas inclusivas. (Respondente 7, acréscimos nossos).

[Sobre a disciplina *Mídia, Cultura e Identidades*]: Produção de conteúdo: Os alunos foram convidados a produzir diferentes tipos de conteúdo, como vídeos, podcasts e artigos, para expressar suas próprias reflexões sobre as temáticas abordadas e compartilhar seus conhecimentos com os colegas. (Respondente 12, acréscimos nossos).

A partir das respostas, nota-se haver esforço no sentido de inserir as questões étnico-raciais na prática laboratorial dos cursos de Jornalismo, algo enriquecedor para os processos de ensino-aprendizagem. Como uma problemática das mais relevantes para a formação social brasileira, as relações raciais certamente perpassarão a atuação profissional desses jornalistas em formação. Dilemas éticos relacionados a temas raciais, coberturas sensíveis e até mesmo pautas factuais sobre os mais diversos assuntos devem ser objeto de reflexão e resultar em um tratamento que não ignore o racismo e seus efeitos nas vidas de pessoas negras, brancas e indígenas e nos mais variados processos vividos institucional e socialmente.

Algumas respostas das/os professoras/es apontam também para a inclusão da discussão das relações étnico-raciais a partir de demandas do próprio corpo discente. Isso se dá, segundo as respostas, por meio da sugestão de pautas e da produção de materiais que tangenciam temas ligados a essa área (Respondente 3), da deliberação de grupos da turma em um telejornal laboratório (Respondente 10) e da presença de alunas/os indígenas no curso (Respondente 11), o que fortalece a compreensão de que o ambiente de ensino-aprendizagem é constituído na relação entre alunas/os e professoras/os. Não há polo passivo, mas um processo de interação entre as partes, pautada na apresentação de demandas que articulam as vivências de sujeitas/os que, juntas/os, constroem a sala de aula. Revela ainda a transformação silenciosa gerada pela política de ações afirmativas para ingresso de pessoas negras e indígenas nas universidades públicas brasileiras.

O terceiro e último modo de abordagem das relações étnico-raciais mencionado por professoras/es que responderam ao questionário é o contato direto com os grupos minorizados:

Na disciplina de Comunicação Comunitária propõe-se o desenvolvimento de uma formação com jovens indígenas. (Respondente 3).

[*Na disciplina de*] Jornalismo Comunitário: [*discutiram as relações étnico-raciais por meio da*] presença de representantes de grupos acêntricos e experiências de campo (indígenas, religiões de matriz afro e imigrantes transnacionais). (Respondente 8, acréscimos nossos).

Ao serem questionadas/os se o curso no qual atuam discute as relações étnico-raciais em atividades de pesquisa e/ou extensão, 69,2% das/os docentes responderam que “sim, em atividade(s) de pesquisa e em atividade(s) de extensão”; 15,4% disseram que o curso “não discute nem em atividade(s) de pesquisa nem em atividade(s) de extensão”; 7,7% afirmaram que “sim, somente em atividade(s) de pesquisa”; e o mesmo percentual disse que “sim, somente em atividade(s) de extensão”.

Ao explicarem como essa abordagem se dá, as/os docentes falaram de projetos de extensão pautados, por exemplo, em: rodas de conversa com palestrantes que abordam o racismo (Respondente 2); produção de conteúdo inclusivo, antirracista e contra xenofobia (Respondente 8); e etnocomunicação indígena e jornalismo alternativo ou comunitário (Respondente 11). Já os projetos de pesquisa estão organizados a partir de eixos como: análise da representatividade racial nos meios de comunicação e as narrativas jornalísticas que abordam temas como racismo, equidade racial e branquitude (Respondente 7); e estudos sobre comunicadores indígenas, com produção de TCC e dissertações protagonizados por indígenas, e reflexões sobre suas ações em redes de comunicação (Respondente 8).

Como principais desafios para a implementação da lei 10.639/2003 no ensino de jornalismo, as/os docentes apontaram aspectos diversos, mas convergentes, entre os quais se destacam: baixa representatividade negra e/ou indígena nos corpos docente e discente (Respondentes 1, 3, 7 e 12); não inclusão da temática nos projetos pedagógicos dos cursos (Respondentes 3, 5, 6, 7, 12 e 13); falta de formação docente continuada e preparo das/os docentes para lidarem com as relações étnico-raciais (Respondentes 3, 7, 8 e 12); não comprometimento e/ou incentivo por parte da gestão das instituições quanto à aplicação da lei (Respondentes 2, 10 e 11); e indisponibilidade de materiais didáticos que abordem a questão no ensino de jornalismo e leve em conta as especificidades da região Norte (Respondentes 5, 7 e 12).

5. À GUISA DE CONCLUSÃO: O QUE OS RESULTADOS DEMONSTRAM

Assim como nas instituições do Rio Grande do Sul estudadas por Neckel e Campos (2016), a educação para as relações étnico-raciais se apresenta de maneira tímida nos currículos e ementários dos cursos de Jornalismo dos *campi* de instituições federais localizados nas capitais dos estados da região Norte. Os preâmbulos dos PPCs evidenciam que, de modo geral, há conhecimento sobre a existência das leis e resolução que orientam o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, bem como indígena, em todas as etapas da educação formal. Os documentos dos cursos aproximam a educação das relações étnico-raciais de outros tópicos, tais como direitos humanos e educação ambiental, mas isso não é necessariamente traduzido nas normativas locais que regem as disciplinas, pelo que se pode perceber dos documentos analisados.

Menções aos termos “raça”, “étnico-raciais”, “negro” e “afro-brasileiro/a” são mais frequentes nas ementas e listas de bibliografias de disciplinas optativas. Em menor intensidade, se fazem presentes nas listas de bibliografias complementares de disciplinas obrigatórias. A aparição do termo “racismo” em poucas ocorrências e a não menção aos termos “negritude” e “branquitude” são indicativos que merecem destaque, por ser fundamental nomear os processos e fenômenos sociais para que eles sejam compreendidos e enfrentados socialmente.

Ao refletirmos sobre o currículo enquanto produtor de sujeitos particulares, em diálogo com Tomaz Tadeu da Silva (1995), podemos concluir que os currículos dos cursos de Jornalismo analisados parecem não traduzir a urgência de formar jornalistas conscientes e críticos quanto às relações étnico-raciais. Ao mesmo tempo, o caráter relacional do currículo fica aparente em pelo menos duas dimensões. A primeira se constitui pelas relações de poder envolvidas nos modos como determinadas temáticas são silenciadas ou tratadas de maneira acessória; a segunda, se refere ao fato de que a composição do alunado por pessoas pertencentes a grupos minorizados racialmente é realçada, nas respostas das/os professoras/es ao questionário, como catalisadora de processos de mudança quanto aos temas e a seus modos de abordagem.

No caso do curso de Jornalismo, é possível educar para as relações étnico-raciais de variadas formas, por exemplo: problematizando questões éticas em coberturas que envolvem territórios periféricos e notadamente negros; analisando textos de autoria de colonistas e jornalistas negras/os nas disciplinas de redação; fomentando o consumo de materiais audiovisuais jornalísticos produzidos por e sobre pessoas negras e indígenas; discutindo questões estruturais da profissão de jornalistas no Brasil e no mundo, considerando marcadores como raça, gênero, território; promovendo o contato do alunado com os movimentos sociais negros locais e, a partir desses encontros, provocando a realização de atividades laboratoriais, como entrevistas, produções textuais de gêneros jornalísticos, etc.

O contato com grupos marginalizados é outra estratégia importante para o enfrentamento ao racismo, pois, se bem planejado e conduzido, pode possibilitar ao alunado o exercício de habilidades técnicas (fazer entrevistas e produzir matérias nos mais diversos formatos – o que inclui as etapas de apuração, redação e edição) e o aprofundamento do conhecimento teórico, social e cultural sobre diferentes contextos e grupos sociais que compõem a realidade brasileira. Assim, o processo de formação estará concomitantemente aperfeiçoando as dimensões técnica, ética e de responsabilidade social devidas àquelas/es que buscam realizar este ofício. Trata-se também de uma oportunidade para a quebra de estereótipos e noções preconceituosas e limitantes sobre diferentes povos, territórios e culturas.

Pelas respostas de docentes sobre os desafios do ensino das relações étnico-raciais nos cursos estudados, o diagnóstico que se tem é de uma carência de investimento que inclui: 1) a vontade política das gestões das instituições na direção de implementar políticas de ações afirmativas para ingresso de docentes negras/os e indígenas – além de continuar as políticas de ações afirmativas para ingresso e permanência de estudantes –, e garantir bolsas para projetos de pesquisa e extensão que promovam a igualdade racial; 2) a reestruturação de projetos pedagógicos que incluam a temática de maneira transversal e efetiva, principalmente em disciplinas obrigatórias; 3) a formação continuada para o corpo docente focada nas relações raciais; 4) e a elaboração de materiais didáticos que reconheçam as particularidades das formações raciais do Norte do Brasil. Os desafios são muitos, motivo pelo qual

“Temos, pois, pedagogias de combate ao racismo e a discriminações por criar.” (Brasil, 2004).

Reconhecemos as limitações da técnica de busca dos descritores utilizada neste estudo, como a restrição aos termos exatos ou a seus radicais, o que impossibilita a leitura e compreensão mais ampla dos documentos analisados. Por outro lado, acreditamos ter alcançado o objetivo geral deste artigo, que foi mapear a educação para as relações étnico-raciais (ERER) em currículos de cursos superiores de Jornalismo em universidades federais localizadas nas capitais do Norte do Brasil. A aplicação do questionário para verificar as percepções docentes sobre a ERER complementou a análise dos documentos. Apesar da pequena quantidade e baixa diversidade institucional de respondentes, as respostas alcançadas desvelam aspectos relevantes para o debate proposto, podendo ser utilizadas como ponto de partida para estudos mais aprofundados.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016 [1977].

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. **Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n.º 1, de 17 de junho de 2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n.º 1, de 27 de setembro de 2013. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo**. Brasília: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 14 maio 2024.

BRASIL. **Lei n. 11. 645, de 10 de março de 2008**. Que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e indígena. República Federativa do Brasil. Brasília, Governo Federal, 2008. Disponível em: [L11645 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília: Governo Federal, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 30 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências. Brasília: Governo Federal, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1. ed. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

FELIX, Carla Baiense. A obrigatoriedade do ensino das relações étnico-raciais nos Cursos de Jornalismo: um debate necessário. In: 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), 2022, João Pessoa. **Anais do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2022. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2022/resumo/0809202216332362f2b6832488e.pdf>. Acesso em: 14 maio 2024.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Apicuri, 2016.

NECKEL, Ângelo Jorge; CAMPOS, Deivison Cezar de. In: **Revista de Iniciação Científica da ULBRA**. Canoas, n. 14, p. 132-143. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/ic/article/view/2056/o>. Acesso em: 14 maio 2024.

PROPOSTAS para diretrizes curriculares da habilitação em jornalismo do curso de comunicação social. Recife, 30 mar. 2009.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 159-177.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo e identidade social: territórios contestados. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 190-207.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Projeto pedagógico de Jornalismo**. Porto Velho: Unir, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **Ementário**. Boa vista: UFRR, 2014.

_____. **Projeto pedagógico de Comunicação Social – Jornalismo**. Boa vista: UFRR, 2015.



_____. **Projeto pedagógico de Jornalismo.** Boa vista: UFRR, 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. **Projeto pedagógico de Jornalismo.** Rio Branco: Ufac, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Ementário.** Macapá: Unifap, 2015.

_____. **Projeto pedagógico de Jornalismo.** Macapá: Unifap, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Projeto pedagógico de Jornalismo.** Manaus: Ufam, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Anexos do projeto pedagógico.** Belém: UFPA, 2020.

_____. **Projeto pedagógico de Comunicação Social – Jornalismo.** Belém: UFPA, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Projeto pedagógico de Jornalismo.** Palmas: UFT, 2022.